



**Marumbi**  
Transmissora de Energia

**Marumbi Transmissora de Energia S.A.**

CNPJ 14.820.785/0001-53

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR

CEP 81200-240

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**E**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2023**



## SUMÁRIO

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>10</b>
<b>Balancos Patrimoniais.....</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações de Resultados.....</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações de Resultados Abrangentes .....</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....</b>	<b>13</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>14</b>
<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL .....</b>	<b>14</b>
<b>2. BASE DE PREPARAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS .....</b>	<b>16</b>
<b>4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....</b>	<b>21</b>
<b>5. CLIENTES.....</b>	<b>21</b>
<b>6. ATIVO DE CONTRATO .....</b>	<b>22</b>
<b>7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....</b>	<b>23</b>
<b>8. FORNECEDORES.....</b>	<b>23</b>
<b>9. TRIBUTOS .....</b>	<b>23</b>
<b>10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....</b>	<b>24</b>
<b>11. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>25</b>
<b>12. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES .....</b>	<b>26</b>
<b>13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....</b>	<b>26</b>
<b>14. RECEITA OPERACIONAL.....</b>	<b>27</b>
<b>15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....</b>	<b>28</b>
<b>16. RESULTADO FINANCEIRO.....</b>	<b>28</b>
<b>17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....</b>	<b>28</b>
<b>18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....</b>	<b>32</b>
<b>19. SEGUROS.....</b>	<b>33</b>
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE .....</b>	<b>34</b>

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

### **À ACIONISTA**

A Administração da Marumbi Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 19 de abril de 2024


Marcio Raphael Ploszaj  
Diretor Técnico

Adriano Fedalto  
Diretor Administrativo-Financeiro

## 1. A COMPANHIA

A Marumbi Transmissora de Energia S.A (Marumbi ou Companhia), instituída em dezembro de 2011, é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica como uma sociedade de propósito específico - SPE e tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou “Controladora”).

## 2. PRÊMIOS, CERTIFICAÇÕES E RECONHECIMENTOS EM 2023

Prêmios	Certificador
<b>Prêmio Abraconee</b> - 2º lugar de melhor divulgação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2022 na categoria companhia de pequeno porte Marumbi Transmissora de Energia S.A.	 <p><b>ABRACONEE</b> Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica</p>

## 3. MARUMBI EM NÚMEROS

Em milhares de reais	2023	2022	variação %
<b>Indicadores Contábeis</b>			
Ativo total	247.099	235.644	4,9
Caixa e equivalentes de caixa	24.125	17.846	35,2
Títulos e valores mobiliários	2.733	2.463	11,0
Dívida total	15.267	20.001	(23,7)
Dívida líquida	(11.591)	(308)	3.663,3
Receita operacional bruta	32.384	48.743	(33,6)
Deduções da receita	(2.037)	(1.706)	19,4
Receita operacional líquida	30.347	47.037	(35,5)
Custos e despesas operacionais	(3.624)	(4.112)	(11,9)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	26.723	42.925	(37,7)
Ebitda ou Lajida <sup>(a)</sup>	26.738	42.937	(37,7)
Resultado financeiro	1.071	(122)	(977,9)
IRPJ/CSLL	(1.855)	(2.050)	(9,5)
Lucro operacional	27.794	42.803	(35,1)
Lucro Líquido do exercício	25.939	40.753	(36,4)
Patrimônio líquido	212.640	192.862	10,3
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez corrente (índice)	3,1	1,7	82,4
Liquidez geral (índice)	7,2	5,5	30,9
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	88,1	91,3	(3,5)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	7,2	10,4	(30,8)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	91,6	91,0	0,7
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	85,5	86,6	(1,3)
Participação de capital de terceiros (%)	13,9	18,2	(23,6)
Rentabilidade do patrimônio líquido (lucro líquido/patrimônio líquido inicial) (%)	13,4	25,2	(46,8)

<sup>(a)</sup> EBITDA ou LAJIDA - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

## **4. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)**

A Marumbi tem a tradição do grupo Copel, que é pioneira na gestão de questões ambientais, sociais e de governança corporativa. Ao longo de sua história, a Copel consolidou-se como uma empresa comprometida em prover energia e soluções para o desenvolvimento sustentável da sociedade, sendo a primeira do setor elétrico a aderir ao Pacto Global das Organizações das Nações Unidas - ONU, em 2000. E, desde 2018, assumiu o compromisso de atuar para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS ligados ao setor de energia.

O crescimento econômico, a responsabilidade socioambiental, a inovação e a excelência em governança são conceitos intrínsecos à estratégia de negócios da Companhia e a Copel tem orgulho de estar na vanguarda da preservação da biodiversidade e de programas socioambientais, conforme as diretrizes da Política de Sustentabilidade da Companhia.

Para difundir e materializar esse compromisso, a Copel desenvolve ações e programas que beneficiam a comunidade, o meio ambiente e o público interno. A trajetória da Copel rumo à sustentabilidade prioriza a inovação nos processos, a qualidade dos serviços prestados e a transparência na gestão.

Outras informações sobre as práticas adotadas pela Companhia e o desenvolvimento sustentável podem ser acessadas no endereço <https://copelsustentabilidade.com>.

### **4.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Marumbi segue as diretrizes de governança corporativa da sua Controladora, nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma companhia de capital aberto, dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia e suas partes interessadas.

Na B3, a Copel integra o Nível 2 de governança desde 2021. Seu sistema também adota o Código de Melhores Práticas de Governança para Companhias Abertas, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, e responde aos critérios da Securities and Exchange Commission - SEC, da bolsa norte-americana e dispositivos legais e regulatórios brasileiros.

Após a adoção de uma série de mecanismos para fortalecer sua estrutura de governança corporativa em 2023, a Copel seguiu aperfeiçoando seus instrumentos buscando manter uma estrutura robusta que acompanha a evolução das práticas de mercado.

A Copel Geração e Transmissão tem registro de companhia aberta na categoria B na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Esse registro é parte do planejamento estratégico da Companhia e não visa a emissão de ações. São medidas que reforçam ainda mais a transparência e as práticas de governança, além de oportunidade para diversificação das fontes de financiamento e otimização do perfil da dívida.

### **4.1.1 Integridade**

#### **Programa de Integridade**

Tem por finalidade o correto tratamento aos desvios éticos e de conduta e principalmente a implementação de medidas anticorrupção adotadas para prevenção, detecção e remediação de atos lesivos à Companhia, que envolvam, por exemplo, a ocorrência de suborno, propina, conflito de interesses, fraudes em processos de licitação e pagamentos, entre outros.

O programa se destina a todos os empregados, fornecedores, terceirizados, estagiários, prestadores de serviços e contratados e, para cumprimento de sua função, está fundamentado em: liderança e estrutura; análise de risco; políticas e procedimentos; comunicação e treinamentos; e monitoramento do programa; sendo cinco pilares que, de forma interdependente, sustentam o desenvolvimento e aperfeiçoamento constante de todos os mecanismos adotados.

## **5. DESEMPENHO OPERACIONAL**

A Companhia foi constituída com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão do Edital do Leilão nº 06/2011 - Aneel. O edital originou o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 008/2012 - Aneel, com vencimento em 09.05.2042, podendo ser prorrogado por no máximo 30 (trinta) anos mediante requerimento da Companhia e manifestação favorável do poder concedente.

Esse contrato é composto pela Linha de Transmissão Curitiba - Curitiba Leste, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 29,14 km, com origem na Subestação Curitiba e término na Subestação Curitiba Leste e pela Subestação Curitiba Leste 525/230 kV e entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Os ativos da Marumbi, são constituídos da seguinte forma:

- Uma entrada de linha de 525 kV na subestação Curitiba da Eletrosul;
- Uma Linha de Transmissão de 525 kV que interliga a subestação Curitiba com a subestação Curitiba Leste passando pelos municípios de Curitiba, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais com 29,14 km de extensão;
- Subestação Curitiba Leste 525/230 kV com um Banco de Transformadores de 672 MVA mais um equipamento reserva de 224 MVA e dois Bancos de Capacitores conectados na barra de 230 kV com potência de 100 MVar cada Banco;

Este empreendimento entrou em operação comercial em junho de 2015, com investimentos à época de R\$ 117,7 milhões, auferindo a partir desta data as parcelas mensais da Receita Anual Permitida - RAP previstas no Contrato de Concessão nº 008/2012, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Adicionalmente, ainda em junho de 2015, celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 018/2012 com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, passando a integrar Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Em 2018, foi celebrado Contrato de Permuta de Ações Societárias, entre a Copel GeT e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A., tendo como anuentes a Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., a Marumbi e a Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.

Pelo acordo, transferiu-se as ações pertencentes a Eletrosul Centrais Elétricas S.A para a Copel GeT, ficando esta com 100% das ações da Marumbi Transmissora de Energia S.A.

## 5.1. Sistema de Transmissão

O sistema elétrico da Marumbi Transmissora de Energia S.A., integrou a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, em junho de 2015, cuja coordenação da operação é o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, com o qual foi celebrado o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST nº 018/2012.

### Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Físicas

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
<b>Linhas e Subestações próprias</b>				29	672		
<b>Marumbi Transmissora de Energia S.A.</b>							
Contrato nº 008/2012							
LT Curitiba - Curitiba Leste	100,0%	CS	525 kV	29	-	28.06.2015	10.05.2042
SE Curitiba Leste		-	525/230 kV	-	672		
<b>Total</b>				<b>29</b>	<b>672</b>		

As concessões de transmissão em operação em 31.12.2023 geram atualmente uma RAP à Marumbi de R\$ 26 milhões.

### Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Financeiras

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporc. (R\$ mil)	Ano de degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de correção
<b>Linhas e Subestações próprias</b>						
<b>Marumbi Transmissora de Energia S.A.</b>						
Contrato nº 008/2012						
LT Curitiba - Curitiba Leste	100%	27.268	27.268			
SE Curitiba Leste		27.268	27.268	não aplicável	Julho	IPCA
<b>Total</b>		<b>27.268</b>	<b>27.268</b>			

Em vista das linhas em operação, a RAP esperada para os próximos cinco anos está representada no quadro a seguir:

### RAP Realizada e Esperada

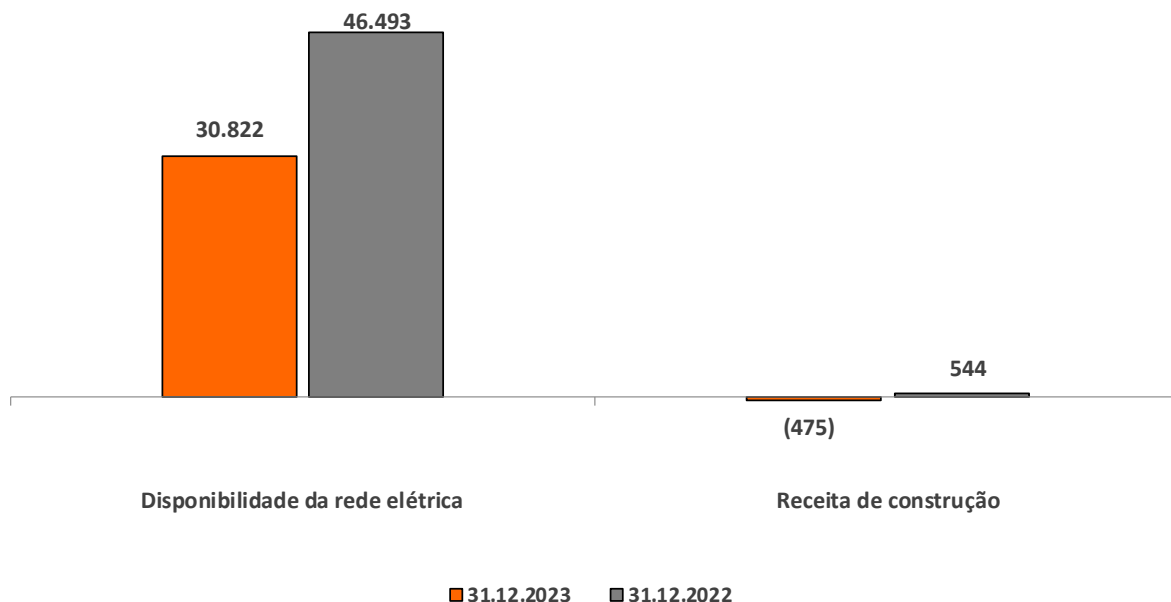
Linha de transmissão - RAP - R\$ mil *	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
<b>Integral</b>	<b>26.247</b>	<b>27.268</b>	<b>27.268</b>	<b>27.268</b>	<b>27.268</b>	<b>27.268</b>	<b>27.268</b>
<b>Marumbi Transmissora de Energia S.A.</b>							
Contrato de concessão de transmissão nº 008/2012 - 100,0%	26.247	27.268	27.268	27.268	27.268	27.268	27.268
<b>TOTAL</b>	<b>26.247</b>	<b>27.268</b>	<b>27.268</b>	<b>27.268</b>	<b>27.268</b>	<b>27.268</b>	<b>27.268</b>

\* Valores correntes nominais até 2023. A partir de 2024, inclusive, são sem inflação à moeda de 31.12.2023.

## 6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (EM MILHARES DE REAIS)

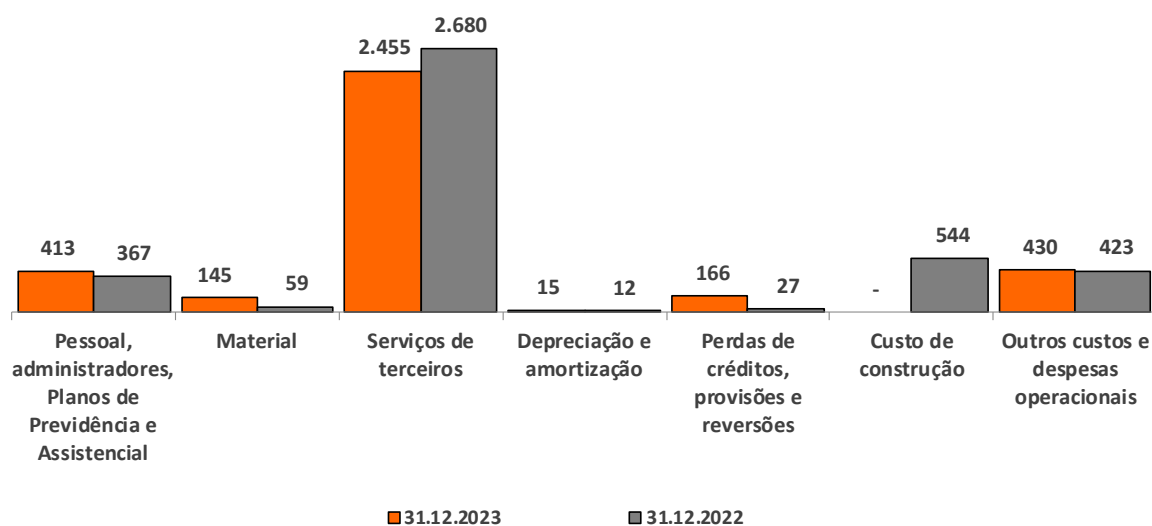
### 6.1. Receita Operacional Líquida

Em 2023, a Receita Operacional Líquida teve redução de R\$ 15.671, representando 33,7% de redução em relação a 2022, devido principalmente a revisão tarifária ocorrida em 2022.



### 6.2. Custos e Despesas Operacionais

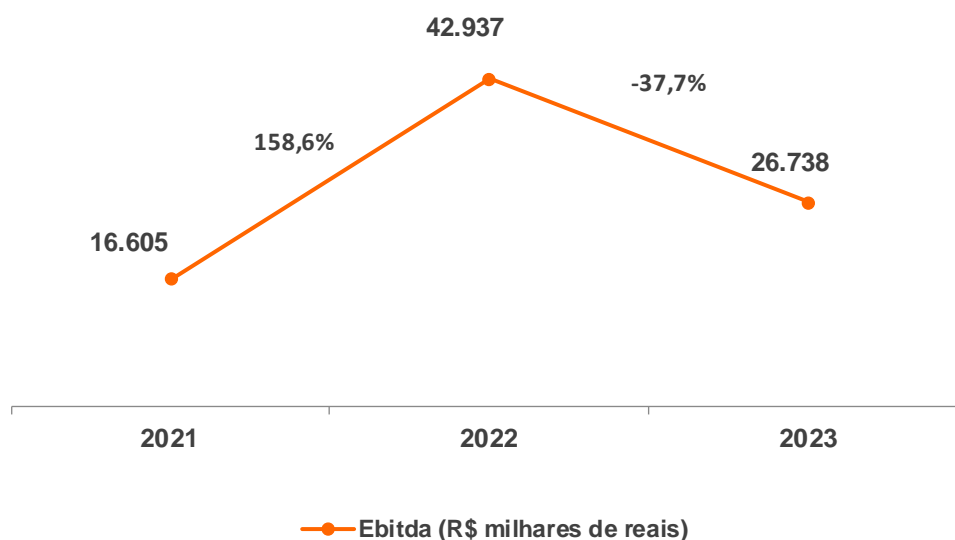
Em 2023, os custos e despesas operacionais tiveram redução de R\$ 495:



### 6.3. EBITDA ou LAJIDA

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Lucro líquido	25.939	40.753	11.212
Despesas com tributos sobre os lucros	1.855	2.050	834
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(1.071)	122	1.182
<b>Lajir/Ebit</b>	<b>26.723</b>	<b>42.925</b>	<b>13.228</b>
Depreciação e Amortização	15	12	3.377
<b>Lajida/Ebitda</b>	<b>26.738</b>	<b>42.937</b>	<b>16.605</b>
Receita Operacional Líquida - ROL	30.347	47.037	19.866
<b>Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)</b>	<b>88,1%</b>	<b>91,3%</b>	<b>83,6%</b>

O Ebitda da Companhia em 2023 foi de R\$ 26.738, apresentando decréscimo de R\$ 16.199 ou 37,7% em relação a 2022, devido principalmente a redução nas receitas.



### 6.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou redução das despesas em R\$ 285, devido principalmente ao menor valor de encargos da dívida no período.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.125	17.846
Clientes	5	2.987	2.635
Ativos de contrato	6	5.744	5.148
Outros créditos		295	-
Estoques		4	-
Imposto de renda e contribuição social		359	224
Despesas antecipadas		113	90
		<b>33.627</b>	<b>25.943</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Títulos e valores mobiliários	7	2.733	2.463
Ativos de contrato	6	210.626	206.909
Outros créditos		-	291
		<b>213.359</b>	<b>209.663</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>89</b>	<b>5</b>
<b>Intangível</b>		<b>24</b>	<b>33</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>247.099</b>	<b>235.644</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Partes relacionadas	18	104	109
Fornecedores	8	493	466
Imposto de renda e contribuição social	9	221	202
Outras obrigações fiscais	9	100	95
Empréstimos e financiamentos	10	3.434	4.928
Dividendos a pagar	13.3	6.161	9.679
Encargos setoriais a recolher		126	75
Pesquisa e desenvolvimento	11	307	30
Outras contas a pagar		18	15
		<b>10.964</b>	<b>15.599</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	7.160	6.810
Empréstimos e financiamentos	10	11.833	15.073
Pesquisa e desenvolvimento	11	259	453
Outras contas a pagar		18	-
Provisões para litígios	12	4.225	4.847
		<b>23.495</b>	<b>27.183</b>
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>			
Capital social	13.1	104.161	88.000
Reserva legal	13.2	9.464	8.167
Reserva de retenção de lucros	13.2	80.534	96.695
Dividendo adicional proposto		18.481	-
		<b>212.640</b>	<b>192.862</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>247.099</b>	<b>235.644</b>

## Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	14	<b>30.347</b>	<b>47.037</b>
<b>Custos Operacionais</b>	15	<b>(2.602)</b>	<b>(3.242)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>27.745</b>	<b>43.795</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	15		
Despesas com vendas		-	(4)
Despesas gerais e administrativas		(746)	(754)
Outras despesas operacionais		(276)	(112)
		<b>(1.022)</b>	<b>(870)</b>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>26.723</b>	<b>42.925</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	16		
Receitas financeiras		2.593	1.685
Despesas financeiras		(1.522)	(1.807)
		<b>1.071</b>	<b>(122)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>27.794</b>	<b>42.803</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	9.1		
Imposto de renda e contribuição social		(1.505)	(1.026)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(350)	(1.024)
		<b>(1.855)</b>	<b>(2.050)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>25.939</b>	<b>40.753</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO</b>		<b>0,26219</b>	<b>0,49652</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
em milhares de reais

	31.12.2023	31.12.2022
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>25.939</b>	<b>40.753</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>25.939</b>	<b>40.753</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 1º.01.2022</b>		<b>73.091</b>	<b>6.130</b>	<b>82.567</b>	-	-	<b>161.788</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	40.753	40.753
Aumento de capital		14.909	-	(14.909)	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	13.2	-	2.037	-	-	(2.037)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	-	(9.679)	(9.679)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	29.037	-	(29.037)	-
<b>Saldo em 31.12.2022</b>		<b>88.000</b>	<b>8.167</b>	<b>96.695</b>	-	-	<b>192.862</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	25.939	25.939
Aumento de capital		16.161	-	(16.161)	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	13.2	-	1.297	-	-	(1.297)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	-	(6.161)	(6.161)
Dividendo adicional proposto							
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	-	18.481	(18.481)	-
<b>Saldo em 31.12.2023</b>		<b>104.161</b>	<b>9.464</b>	<b>80.534</b>	<b>18.481</b>	-	<b>212.640</b>

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		<b>25.939</b>	<b>40.753</b>
<b>Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a</b>			
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		1.518	1.804
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	6	(26.929)	(46.235)
Imposto de renda e contribuição social	9.1	1.505	1.026
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	350	1.024
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	11.2	260	227
Depreciação e amortização	15	15	12
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	15	166	4
		<b>2.824</b>	<b>(1.385)</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Clientes		21.386	19.679
Outros créditos		(4)	1
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(135)	(156)
Despesas antecipadas		(23)	(39)
Depósitos judiciais		-	23
		<b>21.224</b>	<b>19.508</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Partes relacionadas		(5)	(19)
Fornecedores		27	54
Outras obrigações fiscais		5	20
Encargos setoriais a recolher		51	13
Pesquisa e desenvolvimento	11.2	(201)	(158)
Outras contas a pagar		21	8
		<b>(102)</b>	<b>(82)</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>23.946</b>	<b>18.041</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.486)	(977)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.2	(1.354)	(1.670)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>21.106</b>	<b>15.394</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicações financeiras		(270)	(237)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(270)</b>	<b>(237)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	10.2	(4.878)	(4.850)
Dividendos pagos		(9.679)	(6.667)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(14.557)</b>	<b>(11.517)</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>6.279</b>	<b>3.640</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	17.846	14.206
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	24.125	17.846
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>6.279</b>	<b>3.640</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
em milhares de reais**

### **1. Contexto Operacional**

A Marumbi Transmissora de Energia S.A. (Marumbi ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT), que é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou “Controladora”).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 008/2012 - Aneel. O prazo da concessão, de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato, se encerra em 09.05.2042, podendo ser prorrogado por no máximo 30 (trinta) anos mediante requerimento da Companhia e manifestação favorável do poder concedente.

### **2. Base de Preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 19.04.2024.

#### **2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

## **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **2.3.1 Julgamentos**

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

### **2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas**

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro:

- NEs nºs 3.2 e 6 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixas;
- NEs nºs 3.3 e 5 – Redução ao valor recuperável de ativos: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nºs 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção.

## **2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional**

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

### **3. Políticas Contábeis Materiais**

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia.

#### **3.1 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

##### **3.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

##### **3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

### 3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **3.2 Ativos de contrato**

Representa o saldo do contrato de serviço público de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção, referente a remuneração dos ativos construídos. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é reclassificado para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa o lucro suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro sobre o custo na fase de construção e também da projeção da RAP a ser recebida na fase de operação, já líquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parte da RAP da performance de O&M. Essa técnica de avaliação de valor justo pela abordagem de receita desconta o fluxo de caixa de todo o período da concessão, determinando no reconhecimento inicial a taxa implícita que zera o fluxo ao longo

do tempo. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato e representa a taxa de mercado vigente a época nas condições da negociação entre partes.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 3.6) e por sua remuneração financeira (NE nº 3.5.2).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, este será recebido diretamente do Poder Concedente, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

### **3.3 Redução ao valor recuperável de ativos**

#### **3.3.1 Ativos financeiros**

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

### **3.4 Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

### **3.5 Reconhecimento da receita**

#### **3.5.1 Receita de contratos com clientes**

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida.

As receitas da Companhia são auferidas pela disponibilidade da rede elétrica por meio da remuneração do ativo de contrato e da operação e manutenção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica.

#### **3.5.2 Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica, é reconhecida a receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

### **3.6 Receita de construção e custo de construção**

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra no fim de cada período, mensurada com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados dos contratos de concessão de transmissão.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

### **3.7 Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia adota o regime tributário do lucro presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL.

O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de presunção de 8% da receita bruta (faturamento regulatório), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de presunção de 12% da receita bruta.

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, é acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF).

Adicionalmente, a companhia reconhece imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão.

### **3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023**

A partir do exercício de 2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);

### **3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor**

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);
- (ii) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de *“sale and leaseback”* (a partir de 1º.01.2024);
- (iii) IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
- (iv) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Caixa e bancos conta movimento	988	1.589
Aplicações financeiras de liquidez imediata	23.137	16.257
	<b>24.125</b>	<b>17.846</b>

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 96% e 101,0% (em 2022 96% e 101,0%) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

#### 5. Clientes

	<b>Saldos vincendos</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Encargos de uso da rede elétrica	2.620	239	307	3.166	2.649
(-) Perdas de créditos esperadas	(3)	-	(176)	(179)	(14)
	<b>2.617</b>	<b>239</b>	<b>131</b>	<b>2.987</b>	<b>2.635</b>

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

## 6. Ativo de contrato

<b>Em 1º.01.2022</b>	<b>187.829</b>
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(20.215)
Apropriação (reversão) de litígios	(1.792)
Remuneração	28.850
Ganho por eficiência (6.1)	17.385
<b>Em 1º.01.2023</b>	<b>212.057</b>
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(21.904)
Apropriação (reversão) de litígios	(622)
Remuneração	26.929
Transferências para imobilizado	(90)
<b>Em 31.12.2023</b>	<b>216.370</b>
	<b>Circulante</b>
	<b>5.744</b>
	<b>Não circulante</b>
	<b>210.626</b>

### 6.1 Ganho (perda) por eficiência ou ineficiência na implementação e operação de infraestrutura

Na construção e operação da infraestrutura de transmissão, esperam-se possíveis impactos positivos ou negativos em função de atrasos e custos adicionais por questões ambientais, variação dos custos, principalmente com cabos e estruturas quando indexados a moeda estrangeira, custos adicionais de servidão e negociações fundiárias, eventuais imprevistos de terraplanagem, antecipação de prazos de operação comercial e revisão/reajuste da RAP conforme as regras regulatórias e as cláusulas contratuais. Alterações no projeto original que afetem sua lucratividade são reconhecidas diretamente no resultado quando incorrido, exceto a parte da RAP relacionada a performance de operação e manutenção dos ativos que é reconhecida a medida em que os serviços são executados. Em 21.06.2022, a Aneel homologou a 2ª revisão tarifária do contrato da Marumbi, apurando um ganho de R\$ 17.385, fato não recorrente em 2023.

### 6.2 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Margem de construção	1,65%	1,65%
Margem de operação e manutenção	1,65%	1,65%
Taxa de remuneração (a)	8,66% a.a.	8,66% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	27.268	26.247

(a) Taxa média ponderada do contrato e das resoluções de reforços e melhorias posteriores.

## 7. Títulos e valores mobiliários

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis.

O saldo, classificado como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, corresponde à conta reserva mantida como garantia para o contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES (NE nº 10).

<b>Categoria</b>	<b>Indexador</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	2.733	2.463
		<b>2.733</b>	<b>2.463</b>
	<b>Circulante</b>	-	-
	<b>Não Circulante</b>	<b>2.733</b>	<b>2.463</b>

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

(a) Tratam-se de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

## 8. Fornecedores

O saldo corresponde, principalmente, aos valores devidos pela prestação de serviços de operação e manutenção.

## 9. Tributos

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social	221	202
Outras obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	86	81
Outros tributos	14	14
	<b>321</b>	<b>297</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Contratos de concessão	6.512	6.380
Rendimentos de aplicações financeiras	648	430
	<b>7.160</b>	<b>6.810</b>

Baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, a Companhia constituiu crédito fiscal diferido sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão, com expectativa de realização conforme quadro a seguir:

2024	(418)
2025	(418)
2026	(418)
2027	(418)
2028	(418)
2029 a 2031	(1.300)
A partir de 2032	(3.770)
	<b>(7.160)</b>

## 9.1 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>				
Faturamento regulatório	28.075	28.075	24.504	24.504
Alíquota	8%	12%	8%	12%
<b>Base de cálculo</b>	<b>2.246</b>	<b>3.369</b>	<b>1.960</b>	<b>2.940</b>
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, liquidas de IOF	2.593	2.593	869	869
(-) Receita financeira provisionada	(639)	(639)	-	-
<b>(=) Base de cálculo</b>	<b>4.200</b>	<b>5.323</b>	<b>2.829</b>	<b>3.809</b>
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
<b>Imposto de renda e contribuição social provisionados</b>	<b>1.026</b>	<b>479</b>	<b>683</b>	<b>343</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>				
Contratos de concessão	4.313	4.313	24.227	24.227
Alíquota	8%	12%	8%	12%
<b>Base de cálculo</b>	<b>345</b>	<b>518</b>	<b>1.938</b>	<b>2.907</b>
Receita financeira provisionada	639	639	815	815
<b>(=) Base de cálculo</b>	<b>984</b>	<b>1.157</b>	<b>2.753</b>	<b>3.722</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>246</b>	<b>104</b>	<b>689</b>	<b>335</b>

## 10. Empréstimos e financiamentos

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022
BND							
14205851 - A	08.07.2014	168	30.06.2029	2,00% + TJLP	33.460	14.512	16.981
14205851 - B	08.07.2014	106	30.04.2024	6,00%	21.577	755	3.020
						<b>15.267</b>	<b>20.001</b>
					<b>Circulante</b>	<b>3.434</b>	<b>4.928</b>
					<b>Não circulante</b>	<b>11.833</b>	<b>15.073</b>

**Destinação:** Implantação de linha de transmissão entre as subestações Curitiba e Curitiba Leste e implantação da subestação Curitiba Leste.

**Garantias:** Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.

### 10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2025	2.630
2026	2.630
2027	2.630
2028	2.630
2029	1.313
Após 2029	-
	<b>11.833</b>

### 10.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

<b>Em 01.01.2022</b>	<b>24.729</b>
Encargos e variação monetária	1.792
Amortização - principal	(4.850)
Pagamento - encargos	(1.670)
<b>Em 31.12.2022</b>	<b>20.001</b>
Encargos e variação monetária	1.498
Amortização - principal	(4.878)
Pagamento - encargos	(1.354)
<b>Em 31.12.2023</b>	<b>15.267</b>

### 10.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato de financiamento junto ao BNDES requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD superior a 1,3 de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2023, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

## 11. Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

### 11.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2023	Saldo em 31.12.2022
FNDCT (a)	-	9	-	9	17
MME	-	4	-	4	8
P&D	292	3	258	553	458
	<b>292</b>	<b>16</b>	<b>258</b>	<b>566</b>	<b>483</b>
			Circulante	307	30
			Não circulante	259	453

(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

## 11.2 Muta o dos saldos de P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
	Circulante	Circulante	total	
<b>Em 1<sup>o</sup>.01.2022</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>380</b>	<b>401</b>
Constitui�es	91	45	91	227
Juros	-	-	13	13
Recolhimentos	(88)	(44)	(26)	(158)
<b>Em 1<sup>o</sup>.01.2023</b>	<b>17</b>	<b>8</b>	<b>458</b>	<b>483</b>
Constitui�es	103	51	106	260
Juros	-	-	24	24
Transferências			-	-
Recolhimentos	(111)	(55)	(35)	(201)
<b>Em 31.12.2023</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>553</b>	<b>566</b>

## 12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administra o, com base na avalia o de seus assessores legais, constitui provisões para as a es cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE n  3.4 são atendidos. A Administra o da Companhia acredita ser impraticável fornecer informa es a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às a es pelas quais responde na data da elabora o das demonstra es financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolu o final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informa o não   fornecida.

	Saldo em 1 <sup>o</sup> .01.2022	Adi�es e Reversões	Saldo em 31.12.2022	Adi�es e Reversões	Saldo em 31.12.2023
<b>Cíveis</b>					
Cíveis e direito administrativo (a)	6.640	(1.793)	4.847	(622)	4.225
	<b>6.640</b>	<b>(1.793)</b>	<b>4.847</b>	<b>(622)</b>	<b>4.225</b>

(a) refere-se a a es judiciais de natureza cível, referente aos processos de indeniza es relacionadas às faixas de servidão das linhas de transmissão

Passivos contingentes são obriga es decorrentes de eventos passados sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econ micos para liquidar a obriga o. Em 31.12.2023 e 31.12.2022 a Companhia não possui passivos contingentes.

## 13. Patrimônio Líquido

### 13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2023, no valor de R\$ 104.161 (R\$ 88.000 em 31.12.2022)   composto por 104.161.000 a es ordinárias, sem valor nominal, pertencentes   Copel Gera o e Transmissão S.A.

### 13.2 Resultado por ação

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Numerador básico e diluído</b>		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações	25.939	40.753
<b>Denominador básico e diluído</b>		
Média ponderada das ações	98.936.511	82.077.232
<b>Resultado líquido do período básico e diluído por ação</b>	<b>0,26219</b>	<b>0,49652</b>

### 13.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

### 13.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Cálculo dos dividendos</b>		
Lucro líquido do exercício	25.939	40.753
Reserva legal (5%)	(1.297)	(2.037)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	24.642	38.716
<b>Dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>6.161</b>	<b>9.679</b>
<b>Dividendo adicional proposto (*)</b>	<b>18.481</b>	<b>-</b>
<b>Total de dividendos</b>	<b>24.642</b>	<b>9.679</b>
<b>Valor do dividendo por ação</b>	<b>0,000249</b>	<b>0,000118</b>

(\*) De acordo com o § 6º do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos do art. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutárias, para contingência, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

## 14. Receita Operacional

	31.12.2023	31.12.2022
Receita de operação e manutenção - O&M	7.450	6.521
Receita de juros efetivos e correção monetária	24.934	41.678
Receita de construção (a)	-	544
(-) PIS/Pasep e Cofins	(1.025)	(894)
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(260)	(227)
(-) Encargos setoriais	(752)	(585)
	<b>30.347</b>	<b>47.037</b>

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 6.1

## 15. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal e administradores	-		(369)	-	(369)	(332)
Planos previdenciário e assistencial	-		(44)	-	(44)	(35)
Material	(145)		-	-	(145)	(59)
Serviços de terceiros	(2.338)		(117)	-	(2.455)	(2.680)
Depreciação e amortização	(4)		(11)	-	(15)	(12)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(166)	-	-	(166)	(27)
Custo de construção	-		-	-	-	(544)
Outros custos e despesas operacionais	(115)		(205)	(110)	(430)	(423)
	<b>(2.602)</b>	<b>(166)</b>	<b>(746)</b>	<b>(110)</b>	<b>(3.624)</b>	<b>(4.112)</b>

## 16. Resultado Financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	2.585	1.674
Rendimento sobre depósitos judiciais	1	4
Acréscimos moratórios sobre faturas	6	7
	<b>2.593</b>	<b>1.685</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
Variação monetária e encargos da dívida	1.498	1.792
Outras despesas financeiras	24	15
	<b>1.522</b>	<b>1.807</b>
<b>Líquido</b>	<b>1.071</b>	<b>(122)</b>

## 17. Instrumentos Financeiros

### 17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	24.125	24.125	17.846	17.846
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	2.733	2.733	2.463	2.463
<b>Custo amortizado</b>						
Clientes (a)	5		2.987	2.987	2.635	2.635
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>29.845</b>	<b>29.845</b>	<b>22.944</b>	<b>22.944</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores (a)	8		493	493	466	466
Empréstimos e financiamentos (c)	10		15.267	14.330	20.001	18.408
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>15.760</b>	<b>14.823</b>	<b>20.467</b>	<b>18.874</b>

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

**Nível 1:** obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

**Nível 2:** obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

- a) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- a) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel e/ou suas subsidiárias, de CDI + *spread* de 2,19%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

## 17.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

### 17.2.1 Risco de crédito

<b>Exposição ao risco de crédito</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Caixa e equivalentes de caixa (a)	24.125	17.846
Títulos e valores mobiliários (a)	2.733	2.463
Clientes (b)	2.987	2.635
	<b>29.845</b>	<b>22.944</b>

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes e implementando políticas específicas de cobrança.

### 17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos seguintes. A partir de 2028, repetem-se os indicadores de 2027 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
<b>31.12.2023</b>							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	507	1.009	2.940	12.803	1.378	18.637
Fornecedores	-	493	-	-	-	-	493
		<b>1.000</b>	<b>1.009</b>	<b>2.940</b>	<b>12.803</b>	<b>1.378</b>	<b>19.130</b>
<b>31.12.2022</b>							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	533	1.060	4.694	14.365	4.241	24.893
Fornecedores	-	453	-	13	-	-	466
		<b>986</b>	<b>1.060</b>	<b>4.707</b>	<b>14.365</b>	<b>4.241</b>	<b>25.359</b>

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

### 17.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

#### Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 / IFRS 7 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic -9% e TJLP – 6,43%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários Projetados		
		31.12.2023	Provável	Cenário 1	Cenário 2
<b>Ativos financeiros</b>					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	2.733	2.979	2.917	2.856
		<b>2.733</b>	<b>2.979</b>	<b>2.917</b>	<b>2.856</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	14.512	(933)	(1.166)	(1.400)
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Sem Risco	755	-	-	-
		<b>15.267</b>	<b>(933)</b>	<b>(1.166)</b>	<b>(1.400)</b>

### 17.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	15.267	20.001
(-) Caixa e equivalentes de caixa	24.125	17.846
(-) Títulos e valores mobiliários	2.733	2.463
<b>Dívida líquida</b>	<b>(11.591)</b>	<b>(308)</b>
Patrimônio líquido	212.640	192.862
<b>Endividamento em relação ao patrimônio líquido</b>	<b>(0,05)</b>	-

## 18. Transações com Partes Relacionadas

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
<b>Controlador</b>								
<b>Copel Geração e Transmissão S.A</b>								
Compartilhamento	-	-	75	79	-	-	-	-
Dividendos	-	-	6.161	9.679	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	22	24	-	-	271	268	-	-
Contrato de operação e manutenção	-	-	454	441	-	-	2.678	2.479
<b>Entidades com influência significativa</b>								
<b>BNDES e BNDESPAR - Financiamentos (a)</b>								
	-	-	15.267	20.001	-	-	1.498	-
<b>Entidades sob controle comum</b>								
<b>Copel Distribuição S.A.</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	110	97	4	3	1.227	985	-	-
Compartilhamento	-	-	24	24	-	-	-	-
Consumo de energia elétrica	-	-	-	3	-	-	45	30
<b>Complexo Eólico Brisa (b)</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	1	1	-	-	7	7	-	-
<b>Complexo Eólico São Bento do Norte (b)</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	1	-	-	-	4	3	-	-
<b>Complexo Eólico Cutia (b)</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	2	1	-	-	12	12	-	-
Compartilhamento	-	-	5	6	-	-	-	-
<b>Complexo Eólico Jandaíra (b)</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	3	3	-	-
<b>Complexo Eólico Vilas (b)</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	1	1	-	-	9	9	-	-
<b>Complexo Eólico Aventura (b)</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	1	111	-	-
Compartilhamento	1	-	-	-	-	-	-	-
<b>FDA Geração de Energia Elétrica S.A.</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	9	10	-	-	113	111	-	-
<b>UEG Araucária Ltda.</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	2	-	-	25	25	-	-
<b>Pessoal chave da administração</b>								
Honorários	-	-	-	-	-	-	30	32
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	7	7

(a) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que, por sua vez, possui ações da Companhia Paranaense de Energia - Copel. As informações do financiamento estão detalhadas na NE nº 10.

(b) Empreendimentos de geração de energia eólica, cujas ações pertencem à Copel GeT.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

## 19. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

<b>Apólice</b>	<b>Término da vigência</b>	<b>Importância segurada</b>
Seguro D&O (a)	28.03.2025	121.033
Riscos Nomeados	24.08.2024	36.790

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R\$ 4,8413.

Curitiba, 19 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj  
Diretor Técnico

Adriano Fedalto  
Diretor Administrativo-Financeiro

Tatiane Ramthun Gumz  
Contadora – CRC PR 050498/O-1

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Marumbi Transmissora de Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Marumbi Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marumbi Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 19 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte  
Contador  
CRC nº RS 058908/O-1



Estas demonstrações financeiras  
estão publicadas no site da Copel.  
Utilize a câmera do seu smartphone  
para ler o código ao lado.

